

MP acusa membro de facção de lavar dinheiro com ônibus

Promotores solicitaram à Justiça, ao final do ano passado, a autorização para a venda dos coletivos

Alenita Ramirez
alenita.ramirez@rac.com.br

Um procedimento interrogatório promovido pelo Ministério Público para investigar o tráfico de drogas em diversos bairros de Campinas revela a participação de um membro de uma facção criminosa, atuante tanto dentro quanto fora dos presídios paulistas, em um esquema de lavagem de dinheiro que utiliza o sistema de transporte urbano da cidade. O processo está em curso na 2ª Vara Criminal, agora acessível ao público, e o Correio Popular teve acesso ao abrangente documento, totalizando mais de 2,3 mil páginas. Com a verificação de que três ônibus foram utilizados no esquema de lavagem de dinheiro pelos criminosos, os promotores solicitaram à Justiça, ao final do ano passado, a autorização para a venda dos coletivos identificados pelos prefixos 093, 095 e 251, atualmente retidos no pátio da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec).

O relatório enfatiza conversas telefônicas entre Claudemir Antonio Bernardino da Silva, conhecido como "Guinho", e sua esposa, com membros da organização criminosa. Guinho é o proprietário dos coletivos, e nos diálogos, o casal compartilhou e recebeu informações sobre transferências bancárias associadas aos veículos que operavam nas rotas 249 (Jd. Flamboyant/Parque dos Eucaliptos), 341 (Jd. São Gabriel), 349 (Vila Formosa) e 368 (Jd. Itatiaia). Os ônibus estavam registrados em nome de "laranjas", vinculados à Cooperativa Altercamp. Durante as investigações, os promotores constataram que o empresário lavou a quantia de R\$ 2.261.770,14 no período de



Os veículos identificados pelos prefixos 093, 095 e 251 estão atualmente retidos no pátio da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas

março de 2018 a 2023.

"Na primeira operação que fizemos, em 2022, apreendemos topógrafos e anotações das linhas dos ônibus e isso já ligou um sinal de alerta. Também foi feita análise dos celulares apreendidos, que confirmaram as suspeitas iniciais de que realmente eles (casal) eram proprietários dessas linhas e como o esquema funcionava", informaram os promotores.

Os agentes do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do MP, também pediram a alienação de um terreno localizado em um condomínio de luxo de Monte Mor, que pertence a Claudemir Antonio Bernardino da Silva, o Guinho. Os celulares de Guinho foram apreendidos em uma das fases da Operação Sumidouro, que investigava uma rede de traficantes de drogas

que usava as galerias pluviais da Vila Formosa como ponto de tráfico e esconderijo de drogas e armas e até mesmo rota de fuga dos criminosos.

Na ação, os promotores e policiais do 1º Batalhão de Ações Especiais da Polícia Militar (Baep) apreenderam telefones celulares, topógrafos, documentos e até máquinas de contar dinheiro. Nos celulares foram encontrados os arquivos que ligam a quadrilha ao sistema de transporte da cidade.

Pelo esquema de lavagem de dinheiro, o grupo criminoso pagava gasolina, motorista e manutenção dos veículos com dinheiro do tráfico e recebia o dinheiro da Emdec que era repassado através de subsídios aos permissionários. O Gaeco constatou que cerca de R\$ 870 mil teriam sido repassados aos criminosos. Também na investigação,

os promotores constataram indícios de pagamento de propina dos criminosos para funcionários da Emdec.

Além de pedir a venda dos três ônibus, os promotores também pediram a alienação de um terreno do empresário localizado em um condomínio de luxo em Monte Mor. A venda é para usar o dinheiro em projetos sociais na cidade. "Além de combater o crime, nossa função é também impedir a movimentação financeira dos criminosos. Como esses ônibus estão parados na garagem e se vendê-los daqui há dez anos, eles não terão mais valor econômico. Então para reverter em prol da sociedade, pedimos a alienação dos bens dos envolvidos", explicou um dos promotores, cujo nome foi preservado.

Em nota, a Emdec enfatizou que o envolvimento da facção criminosa nos três li-

nhas já tinha sido apontada desde o ano passado e que ficou comprovado na sindicância interna nenhum indício de qualquer tipo de favorecimento à Cooperativa Altercamp e nenhuma irregularidade nos contratos com permissionários.

A advogada da Altercamp, Daniela Giungi Waldhue frisou que dos 109 permissionários, três foram identificados pelo MP como laranjas do empresário e que estas permissões foram retiradas de operação, sem prejudicar os usuários. "As pessoas que possuíam estas permissões formalmente (os "laranjas") estão respondendo por seus atos em ação criminal própria", frisou Daniela. Segundo a advogada, jamais houve cooperação da cooperativa ou de qualquer um de seus integrantes a atividades criminosas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Segurança **Caderno:** A **Página:** 16